

# Dívida não paga já se aproxima dos US\$ 3 bi

Na terceira Carta de Intenções do Brasil ao FMI, divulgada ontem pelo Congresso Nacional, assim como no Memorando Técnico de Entendimento que o acompanha, consta, ao contrário do que as próprias autoridades haviam declarado, que os atrasos de pagamento ao exterior "se elevaram a US\$ 2 bilhões 534 milhões no final do mês passado. O documento, com 18 laudas, foi assinado pelo ministro da Fazenda, pelo presidente do Banco Central e, pela primeira vez, pelo ministro do Planejamento, Delfim Netto.

A Carta revela um novo dado que mostra com exatidão o estrangulamento das nossas contas externas. Até 30 de junho as reservas líquidas do País, negativas, estavam em menos US\$ 4 bilhões 494 milhões, sem incluir as reservas em ouro monetizadas que até a mesma data estavam em US\$ 255 milhões 200 mil.

Consta, ainda, da Carta que o "Governo pretende no restante do ano, restaurar o regime de liberação cambial que prevalecia antes de 30 de julho deste ano" quando foi baixada a Resolução 851 que centralizou todas as operações de câmbio no Banco Central, e que os atrasos de pagamentos externos — US\$ 2 bilhões 534 milhões — serão eliminados até o final do ano.

As metas para a inflação deste ano e do próximo, ao contrário do que previa a carta anterior, de fevereiro deste ano, não estão mais fixadas em termos de inflação anual acumulada. A Carta se limita a fixar, com relação ao último trimestre deste ano que a taxa mensal de inflação caia para cerca de 5%, e para o próximo ano a Carta prevê, "cortar a inflação no decurso do ano até uma taxa mensal de cerca de 2,5% durante o último trimestre". Propostas como essas estão entre as que o ex-presidente do Banco Central, Carlos Lángoni, achou inviáveis.

Quanto ao setor público a Carta destaca que "é nossa intenção reduzir em mais da metade esse déficit operacional que se calculava em 6% do PIB em

1982, para 2,7% este ano, "o que corresponde em termos nominais a 15,2% do PIB. A Carta anterior previa que este déficit fosse reduzido para 7,9% do PIB. Para o próximo ano, diz a Carta, "o Governo está decidido a assegurar que o orçamento operacional do setor público apresente pelo menos um pequeno superávit". O Governo espera que além de este déficit cair para zero, que ele apresente uma melhoria de 3 pontos de porcentagem em relação ao PIB deste ano, porém, em termos nominais isso significa "necessidades globais de financiamento do setor público a cerca de 7% do PIB.

Em relação à Carta anterior, esta apresenta alteração quanto à medição do déficit do setor público. O Fundo não mais exige que o Brasil adote seu critério, mas apenas que assuma o compromisso de reduzi-lo à metade neste ano e extingui-lo no próximo.

A carta adota metas mensais para o endividamento do setor público e não a estimativa do déficit, nas negociações com a equipe do FMI, chefiada por Eduardo Wiesner, que a discutiu com o Brasil.

Quanto ao superávit na balança comercial, a Carta prevê que no próximo ano ele alcance US\$ 9 bilhões, enquanto que a anterior estimava em US\$ 8 bilhões. Todas as metas têm certa fluidez, o que deverá garantir maior margem de manobra diante de futuras missões do FMI, como a fiscalização feita pela economista Ana Jul em junho.

No Memorando Técnico de Entendimento o Governo define que, assim como no anterior, o objetivo global do balanço de pagamentos é de alcançar pelo menos o equilíbrio. Na nova Carta a meta para o período de 9 meses que vai até 30 de setembro deste ano é a de um déficit que não deverá ultrapassar a US\$ 3,1 bilhões, o que corresponde a Cr\$ 14,9 trilhões. Na carta anterior a previsão era que este déficit alcançasse até o final deste mês apenas US\$ 700 milhões.